



2479 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)  
Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

SISTEMAS DE ENSINO PRIVADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA  
Thais Godoi de Souza - COLÉGIO ESTADUAL PRESIDENTE ARTHUR DA COSTA E SILVA

## RESUMO

Este trabalho objetivou apresentar os principais grupos educacionais privados de educação básica no Brasil e sua relação com a oferta de produtos a educação pública, a fim de identificar ameaças ao direito à educação. Para tal intento, utilizou-se como fontes prioritárias os sítios oficiais das empresas selecionadas (Pearson, Somos Educação, Santillana, Objetivo e Positivo) e o Relatório do Observatório da Educação, 2015. Constatou-se que os grupos educacionais/empresas que atuam no Brasil vêem na educação um mercado em expansão e divulgam a ideia de qualidade de seus serviços. Estes grupos usam o discurso naturalizado do serviço privado como sinônimo de eficiência e qualidade, enfatizando que os estados e municípios que adotam estes sistemas possuem grandes chances de alcançarem um bom índice nas avaliações nacionais e internacionais, como o Índice de desenvolvimento da educação básica/Ideb e Programa Internacional de avaliação de estudantes/Pisa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Básica. Grupos educacionais privados. Sistemas de ensino. Brasil.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar os principais grupos educacionais privados de educação básica no Brasil e suas áreas de atuação, a fim de identificar a oferta de seus produtos a educação pública.

A gratuidade do Ensino Básico e o acesso e permanência em instituições de ensino é um dos compromissos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, elaborada em Incheon, Coreia do Sul, em 2015, adotada por 193 estados membros da ONU, entre eles o Brasil. O Marco de Ação da Educação 2030 afirma que a educação é um bem público, um direito humano fundamental, contudo nota-se o aumento da educação com fins lucrativos e diversos grupos empresariais oferecendo seus produtos a governos municipais e estaduais, visando alcançar suas metas de lucratividade.

Segundo Adrião et al (2015) empresas e conglomerados econômicos tem buscado outras formas de lucrar com a educação, sem ser por meio de matrículas em escolas privadas. Esses grupos têm oferecido sistemas de ensino à rede regular pública, a fim de elevar seus lucros.

Adrião (2014) afirma que as parcerias entre as administrações municipais e o setor privado para a consecução da oferta educacional tem se disseminado no Brasil nos últimos anos. Os grupos educacionais que se destacam no Brasil, como Pearson, Somos Educação, Santillana, Positivo e Objetivo, além de oferecerem seus sistemas de ensino a diversas escolas do Brasil passaram a ver nos municípios brasileiros, os quais são responsáveis pela educação infantil e ensino fundamental I, um novo mercado.

Para Adrião (2014) as medidas tomadas na década de 2000 no Brasil visaram transformar a educação pública em uma alternativa para a ampliação do capital. "As políticas de cunho privatizantes foram facilitadas na realidade brasileira por alterações constitucionais", como a Emenda n.19 de 1998, a qual introduziu elementos da Nova Gestão Pública, a lei federal nº 9.790 de 1999 que trata das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a lei de responsabilidade fiscal lei nº 101/2000 e lei nº 11.079/2004 das parcerias público-privadas (ADRIÃO, 2014, p. 264).

Esses dados indicam que as políticas educacionais para o século XXI devem ser compreendidas no domínio das transformações econômicas e políticas contemporâneas. As reformas educacionais implantadas nos países em desenvolvimento e nos países centrais decorrem da demanda do capitalismo que se reestrutura de suas crises.

Ao tentarmos traçar relações entre as interfaces da ordem social capitalista e as políticas sociais de educação pautamo-nos na materialidade do século XXI, realidade constituída pelo domínio social e político do capital financeiro sustentado pelo mercado, que representa a propriedade privada o neoliberalismo de terceira via e a economia que busca no cotidiano a rentabilidade e a competição. As fontes prioritárias elencadas para a construção desse texto foram os sítios oficiais das empresas selecionadas e o relatório do Observatório da Educação, 2015.

## 2 GRUPOS EDUCACIONAIS PRIVADOS E SUA OFERTA DE PRODUTOS A EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

O Grupo de Estudo e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE) da Unicamp, USP e Unesp juntamente com a Ong Ação Educativa e Open Society Foundations publicaram o relatório *Sistema de ensino privados na educação pública brasileira: conseqüências da mercantilização* para o direito à educação, 2015. Este relatório apresenta os principais grupos educacionais envolvidos na venda de produtos a escolas públicas brasileiras, a exemplo: sistemas de ensino, treinamento ou formação de professores, consultoria a prefeituras, plataformas educativas para alunos, professores e gestores.

Os grupos empresariais e conglomerados econômicos segundo os pesquisadores do relatório têm buscado outras formas de lucrar com a educação que não exclusivamente com a oferta direta do ensino (matrículas em escolas privadas), colocando em risco os direitos humanos educacionais (ADRIÃO et al., 2015).

O relatório afirma que a aplicação de recursos públicos na compra de sistemas de ensino privados acarreta diversos problemas: a) duplicação de recursos que são ofertados gratuitamente pelo governo federal por meio do Programa Nacional do Livro Didático, o que resulta na incapacidade dos municípios de disponibilizarem novas vagas no sistema público, em especial na faixa etária de zero a três anos, educação de jovens e adultos e estudantes com deficiência; b) vulnerabiliza os próprios municípios de criar, gerir e implementar políticas que garantam uma educação de qualidade, já que parte das equipes técnicas e das atividades passam a ser externos aos órgãos públicos; c) os sistemas de ensino não passam por um processo de controle de qualidade por órgãos governamentais e d) a adoção de sistemas privados de ensino rejeita a gestão democrática, padroniza o trabalho docente e discente.

Mas qual o significado de sistema privado de ensino? são pacotes de produtos e serviços oferecidos por empresas privadas a redes de ensino de estados e municípios (ADRIÃO et al., 2015). Esses produtos podem ser materiais didáticos, como apostilas, cadernos de conteúdo, acompanhamento de supervisão de atividades docentes, elaboração de processo de avaliação interna e externa, modelos de gestão, orientação a pedagogos e gestores, plataformas educacionais (à distância) a professores e alunos e consultorias educacionais.

Abaixo apresentamos um quadro com os principais grupos educacionais que atuam na educação básica, enfatizando o ano de fundação do grupo, os serviços prestados e os sistemas de ensino ofertados.

Quadro 1. Grupos Educacionais privados e seus produtos

Grupo	Fundação	Serviços	Sistemas de ensino	Produtos
Pearson	Século XIX	Atendimento a educação infantil		
		Ensino fundamental	Pueris Domus	
		Materiais distintos para estudantes;	Dom Bosco	
		Material virtual e impresso de orientação a educadores; assessorias com visitas às escolas	NAME	Escolas de idiomas (Wizard by Pearson, Yázigi, Skill, Quatrum e Smartz).
		Formação docente;	COC by Pearson	
		Oferta de avaliações aplicadas presencialmente e à distância, com suporte técnico para as equipes governamentais.	Pearson clinical Brasil	
		Escola de idiomas	Atitude by Pearson	
Somos Educação/Abril	2010	Atendimento a educação infantil		Editora Ática Editora Scipione
		Ensino fundamental;	Anglo	
		Ensino Médio;	pH	Editora Saraiva Editora Atual
		Cursos preparatórios para exames vestibulares;	Ser	Monitoria online para alunos dos sistemas de ensino.
		Curso preparatório para concursos;	Geo	
		Escolas de ensino de idiomas Red Balloon;	Maxi	
		Assessoria pedagógica; Formação de professores	Ético	Formação de liderança (o líder em mim). Editorial Richmond
Santillana / Uno Público	1960	Assessoria Educacional;		Editora Santillana Espanhol
		Material didático para educação infantil; fundamental, médio e pré-vestibular e idioma;	Uno	Avalia Assessoria Educacional
		Atendimento às escolas e secretarias de educação;		
		Oficinas e formação continuada para docentes;	Uno público	Editora Moderna
		Avaliação educacional e institucional; Plataforma educacional		Editora Salamandra  Smart Lab (plataforma educacional)
Objetivo	1965	Material didático elaborado para educação infantil, fundamental e médio;		
		Material de apoio para a equipe responsável pela gestão escolar;	Sistema Objetivo Municipal de Ensino (SOME)	
		Material virtual de orientação para professores;		
		Encontros pedagógicos e cursos modulares para professores;		
		Avaliação institucional e de resultados dos estudantes em testes para elaboração de diagnóstico.		

		Livro didático para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;		
		Orientação e material para professores;	Sistema de Ensino Aprende Brasil (SABE) (público)	Colégios próprios Cursos pré-vestibulares
		Assessoria pedagógica a docentes e equipes técnicas das secretarias de educação para orientar a implantação do sistema;		
Positivo	1972	Formação continuada para docentes e equipes técnicas;	Sistema de ensino Positivo (particular)	Universidade Editora Positivo
		Ferramenta de gestão das informações educacionais;	Conquista Solução Educacional (particular)	Gráfica Positivo Posigraf
		Avaliações de desempenho de estudantes, segundo os padrões da Prova Brasil.		

Fonte: Sítios online dos grupos educacionais citados e Observatório da Educação.

Elaboração: autora.

A Pearson é a maior empresa educacional do mundo. Atua também no ensino superior, possui franquias de escolas de idiomas, diversos sistemas de ensino e um núcleo de apoio a municípios e Estados, o NAME, o qual iniciou suas atividades em 1999 no Brasil estabelecendo parcerias pedagógicas com o ensino público em algumas cidades do estado de São Paulo. A partir do sucesso da implantação nesses locais, hoje o NAME se estende por 140 municípios brasileiros. Contribui para que o Brasil atinja suas metas na educação com o compromisso de levar aos estudantes das escolas parceiras os mais modernos recursos pedagógicos, tecnológicos e administrativos, buscando sempre oferecer educação pública de qualidade e resultados de aprendizado com eficácia (PEARSON, 2018).

O NAME produz material didático a escolas públicas, e para alunos da Eja, plataforma digital para alunos, professores e gestores e suporte pedagógico como eventos presenciais e visitas a escolas e plataforma de ensino a distância a professores. O site do NAME afirma que as escolas que são suas parceiras aumentaram o nível do IDEB.

No Brasil o grupo Santillana atua desde 2001 e possui as seguintes ações: fundação Santillana, Salamandra, Richmond, Santillana Español, Uno internacional, Avalia educação e Smart Lab. Segundo o site da Instituição a Fundação Santillana se dedica a fomentar atividades a escolas públicas e privadas em cursos de formação, seminários e oficinas para professores e gestores, publicação e divulgação de obras de avaliação e políticas públicas educacionais e parcerias na viabilização de projetos de incentivo a leitura, cultura e cidadania. O grupo também conta com uma editora internacional que produz e publica livros didáticos em espanhol. A Salamandra, Richmond e Moderna são editoras, Uno Internacional é um sistema de ensino, ao procurar no site do grupo descobriu-se um sistema de ensino exclusivo para escolas públicas, denominado Uno Público (SANTILLANA, 2018).

Somos Educação é um grupo que oferta um amplo portfólio de soluções educacionais, a saber: editoras, sistemas de ensino, escolas próprias, cursos preparatórios, cursos de idiomas e desenvolvimento de tecnologias para a educação. Sua fundação segundo site do grupo, se dá no ano de 2010, quando as editoras Ática e Scipione e o sistema de ensino SER, pertencentes ao Grupo Abril, foram cindidos para formar a Abril Educação. À época, essa separação possibilitou aproveitar a tradição e o pioneirismo na produção de livros didáticos e paradidáticos das editoras e explorar o potencial do segmento de educação.

Em julho de 2011, visando ampliar seu negócio a companhia decidiu captar recursos no mercado a partir da oferta pública inicial de ações (IPO). Em junho de 2015, a empresa então deixa a cor verde e a árvore símbolo e adota nova identidade que simboliza a fase atual da nova companhia: a Somos Educação. A marca sugere uma conexão com o que há de mais evidente nos dias de hoje: o mundo colaborativo.

Fundado em 1965, o grupo Objetivo atua na educação básica e preparação para vestibulares. A rede de escolas conveniadas atua em mais de 450 municípios, sendo mais de 200 escolas no Estado de São Paulo e parte delas no Japão. Possuem aproximadamente 430 mil alunos.

O grupo Positivo, criado em 1972 com a oferta de cursos pré-vestibulares, cresce gradativamente ampliando seus serviços na área de colégios, educação superior, indústria de computadores e tecnologias educacionais. O nome positivo foi criado pelo professor de biologia Samuel Ramos Lago, o mesmo propôs o nome e a arte do dedo e da "mãozinha", os contornos finais da arte foram do artista plástico paranaense Luis Carlos Retamozzo (POSITIVO, 2018).

No início da década de 1980, o grupo positivo teve sua primeira experiência internacional em parceria com a Construtora Camargo Correa, os professores das Escolas Positivo ministraram aulas a filhos de brasileiros que trabalhavam na construção da usina hidrelétrica de Gúri na Venezuela. O Grupo Positivo também atuou na administração de escolas nas hidrelétricas do Paraná, Salto Osório, Salto Santiago e Guaíra, em Santa Catarina na hidrelétrica de Itá, na usina de Porto Primavera, São Paulo e nos projetos Jarí e Cadam, no estado do Pará.

Em 1991 o Sistema Positivo de Ensino já tinha mais de 200 mil alunos em escolas conveniadas pelo Brasil. O positivo esteve presente na oferta de serviços educacionais nas empresas da indústria papelreira no Paraná, nos municípios de Arapoti (empresa Inpacel), Jaguariaíva (Pisa) e Telêmaco Borba (Klabin). Em 2000 ocorre a construção do campus universitário no bairro Campo Comprido em Curitiba, a época o grupo possuía 17 faculdades que compunham o UnicenP (centro universitário Positivo), estas se instalaram em único lugar, hoje a Universidade Positivo oferta cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados), especialização, programas de mestrado e doutorado (POSITIVO, 2018).

Em 2010 a Editora Positivo lança a série ouro e prata do dicionário Aurélio de língua portuguesa em homenagem ao centenário de nascimento de seu criador, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Neste mesmo ano ocorre a internacionalização da Positivo informática juntamente com a empresa BGH argentina, a união entre as duas empresas deu origem a uma outra Informática Fuego S.A. Hoje o positivo só possui escolas próprias em Curitiba, cursos pré vestibulares, centro tecnológicos com ofertas de cursos práticos/técnicos, editora Positivo, gráfica Posigraf.

O Grupo oferta um sistema de ensino exclusivo a escolas públicas, denominado Sistema de Ensino Aprende Brasil (SABE), comercializa equipamentos e serviços de informática a instituições públicas e privadas. Diante a apresentação do quadro 1, observa-se que há uma ampla rede de serviços e produtos e alguns deles destinados a educação pública, como o Sistema SABE (Positivo), Sistema SOME (Objetivo) e Sistema Uno público (Santillana).

Adrião et al (2015, p.91) aponta que a municipalização repentina e mal planejada do ensino fundamental nas últimas duas décadas exibiu a precariedade de muitas das administrações locais, "[...] gerando um promissor mercado para assessorias privadas nos campos pedagógico e

de gestão”.

Em alguns municípios, grupos empresariais chegam a assumir a orientação da política de educação do município, criando situações que violam aspectos importantes do direito à educação, como a adaptabilidade e a acessibilidade (ADRIÃO et al., 2015).

Um dos argumentos que as empresas/grupos educacionais oferecem a gestão pública de ensino é a ênfase na qualidade. A declaração de Incheon/Marco de Ação da Educação 2030 enfatiza em seu documento que as nações devem buscar e alcançar a qualidade da educação. No Brasil a discussão da qualidade leva a

[...] duas opções radicalmente diferentes. A primeira opção, infelizmente, a mais provável, consiste em acentuar a definição restrita de qualidade no sentido de reforçar e generalizar o ensino padronizado (apostilado) no país. Tanto os estudantes quanto suas famílias não têm outras prioridades além de obter boas notas em testes nacionais e internacionais para passar no vestibular, o que pode ser considerado o auge de uma educação bancária, para citar o famoso conceito de Paulo Freire. O Vestibular aparece como o momento da verdade, em que é lançado o destino escolar de um jovem, ou seja, um teste que determina o resultado de 12 a 13 anos de uma vida escolar (AKKARI, 2017, p.952-953).

Esta cultura de testes, enraizada nas escolas do Brasil, convence o estudante desde a sua mais tenra idade “[...] que não há a igualdade, nem a solidariedade, nem o respeito à diferença, mas a concorrência e o mérito individual. Cada um é responsável por si mesmo, ninguém é responsável pelos outros e não há lugar na escola para todos” (AKKARI, 2017, p.953).

Além das orientações de agências internacionais como o Marco de Ação para a Educação 2030, proposto pela Unesco, Banco Mundial e outras agências da ONU e das empresas educacionais que objetivam ampliar seu mercado, tem que se destacar ainda o golpe institucional ocorrido no Brasil em 2016, que não representou retrocesso somente no regime democrático, mas nos direitos sociais e suas políticas, entre elas a educação. Cortes no orçamento da educação foram anunciados no início de 2015 pela União em aproximadamente R\$ 9 bilhões de reais, o que gerou maior sucateamento e precarização nas universidades, escolas e colégios públicos (CNTE, 2016).

A diminuição drástica dos recursos públicos para a educação pública, evidenciou a intenção do governo em aprofundar políticas de terceirização e privatização. No estado de Goiás, a exemplo, tentou-se impor a transferência da gestão de escolas públicas para entidades privadas, muitas delas sem idoneidade, experiência ou capacidade em gestão pública. A militarização e terceirização da escola pública elimina gradativamente os direitos trabalhistas dos profissionais da educação e a gestão democrática da escola (PARANÁ, 2016). Para admissão de professores e funcionários, é possível que ocorra a supressão do concurso público de provas, o piso salarial e plano de carreira.

E a educação, nesse contexto neoliberal de mercantilização, é abordada pelas parcerias público privadas, as quais tem definido o conteúdo da educação. Executam sua proposta em redes internacionais e nacionais do capital. Peroni (2012) em seu estudo sobre a influência do terceiro setor na educação, declara que a direção do conteúdo das políticas educativas é repassada para o setor privado, mas a propriedade permanece pública. A autora verifica que a presença do privado mercantil tem definido a educação pública, o conteúdo curricular tem sido alvo da correlação de forças.

A gestão escolar no Brasil não demonstra um histórico democrático, e a privatização é algo naturalizado em nossa cultura. O conteúdo da educação é um mercado em expansão, livros, uniformes, tecnologias, sistemas de ensino, materiais diversos contemplam a ação dos grandes grupos educacionais.

Peroni (2012, p.10) afirma que o governo federal desenvolveu programas educacionais, estabeleceu parcerias com municípios e escolas públicas diretamente, consolidando assim um novo modelo de gestão de políticas públicas e sociais, simultaneamente “[...] em que tem promovido o envolvimento de outras instituições consideradas “terceiro setor” na implementação de programas sociais no nível local e nacional, tais como as organizações não - governamentais (ONGs) e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), que influenciam a gestão da educação e da escola”.

Um exemplo é o Instituto Ayrton Senna (IAS), organização do terceiro setor que realiza “[...] parcerias com sistemas públicos em todo o país, encaminhando uma proposta geral de educação envolvendo currículo, gestão e formação de professores” (PERONI, 2012, p.10).

A autora afirma ainda que as instituições do terceiro setor para a área da educação influenciam as políticas públicas por meio da divulgação de novas ideias, de acordos e novas práticas, participando com êxito nas reformas educativas. Muitos são os “[...] empresários que se unem aos tomadores de decisão e formadores de opinião sobre a política educacional e se legitimam perante a sociedade” (PERONI, 2012, p.10). É o caso de Viviane Senna, Coordenadora do Instituto Ayrton Senna e coordenadora executiva do Todos pela Educação, Jorge Gerdau Johannpeter, conselheiro de governança do Movimento Todos Pela Educação, Luís Norberto Pascoal, presidente da empresa Dpaschoal, Luiz Paulo Montenegro, vice-presidente do Grupo Ibope entre muitos outros (TPE, 2016).

Todos esses sujeitos empresários e influentes na economia nacional integram o movimento Todos pela Educação, movimento este de cunho gerencialista criado em 2006 que propõe a mobilização do setor privado e das organizações sociais para atuar junto ao Estado na oferta da educação.

O Movimento Todos Pela Educação é um exemplo concreto com que Gentili (2010) traz em sua discussão sobre a desordem neoliberal, a violência de mercado e o destino da educação das maiorias. O autor alega que a escola pública é desintegrada por meio de uma série de estratégias privatizantes e de uma política de reforma cultural que pretende apagar do horizonte ideológico da sociedade a possibilidade de uma educação democrática, pública e de qualidade para as maiorias.

O estudo de Pinto (2016) demonstra que os recursos públicos para a manutenção da educação pública existem, contudo estão sendo encaminhados ao setor privado. Dados de sua pesquisa apresentam que para o ano de 2014 aproximadamente R\$ 32 bilhões de reais saíram dos cofres públicos para garantir a sustentação do ensino privado. Esses recursos foram cedidos ao sistema S (SESI, SENAC, Senai, Sesc) ao Pronatec, a convênios de educação infantil e educação especial, a renúncia de imposto de renda, renúncia do ProUni – Programa Universidade para Todos, de entidades sem fins lucrativos e do programa FIES- Financiamento estudantil. Pinto (2016) detecta também que os recursos financeiros direcionados a esses setores equivalem a 56% de todo o gasto federal com a manutenção e desenvolvimento do ensino público em 2014.

Seguindo a mesma direção da discussão da desintegração da educação pública, Dale (2010) destaca que a privatização está distante de ser o único processo de realização das aspirações da Nova Direita em educação. Tratar da questão público/privado para o autor é pouco para compreender as complexidades e mudanças que os sistemas educacionais vêm sendo submetidos.

Diversas combinações de financiamento, fornecimento e regulamentação, se caracterizam “[...] como mecanismos de mercado na economia de política social responsável pela heterogeneidade dos mercados educacionais que se proliferam no mundo ocidental” (DALE, 2010, p.131). A introdução do mercado no projeto de despolíticação da educação é uma estratégia da nova direita, a fim de reduzir a legitimação, o fardo que o sistema educacional representa para o Estado (DALE, 2010).

Em meio a este cenário de inserção de produtos privados em escolas públicas, observamos também os recursos públicos transferidos aos mercados educacionais.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse texto foi iniciar a análise de sujeitos/grupos educacionais privados envolvidos na oferta de seus produtos a educação básica pública, e constatou-se que a educação pública para as empresas educacionais é um mercado em expansão. Estes grupos usam o discurso naturalizado do serviço privado como sinônimo de eficiência e qualidade, e disseminam as boas chances que os municípios possuem de alcançarem um bom índice nas avaliações nacionais e internacionais.

Observou-se também que a compra de produtos pelo sistema público, desfavorece a autonomia das instituições de ensino na elaboração de seu trabalho pedagógico, enfraquece o debate sobre planejamento, homogeneiza os conteúdos e currículos escolares e induz ao conformismo generalizado de docentes, discentes e funcionários de forma a subordinar às exigências da ordem estabelecida.

A adoção de sistemas privados de ensino pela rede pública é uma forma de privatização disfarçada, pois essa ação convence as instituições de ensino, a equipe escolar e a sociedade que a alternativa para alcançar a qualidade da educação é o modelo educacional proposto pelas empresas educacionais citadas, Pearson, Somos Educação, Santillana, Objetivo e Positivo.

### REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T. M. Escolas charters nos EUA: contradições de uma tendência proposta para o Brasil e suas implicações para a oferta da educação pública. Revista **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 28, n. especial, p.263-282, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/24613/15303>. Acesso em: 6 jan. 2016.
- ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGUI, R. F.; BERTAGNA, R. H.; XIMENES, G. P. S. **Sistemas de Ensino Privados na Educação Pública Brasileira: Consequências da Mercantilização para o Direito à Educação**. Ação Educativa; Greppe; Open Society foundations, 2015. Disponível em: <[http://www.observatoriodaeducacao.org.br/images/pdfs/sistemas\\_privados.pt.pdf](http://www.observatoriodaeducacao.org.br/images/pdfs/sistemas_privados.pt.pdf)>. Acesso em: 8 abr. 2018.
- AKKARI, A. A agenda internacional para educação 2030: consenso “frágil” ou instrumento de mobilização dos atores da educação no século XXI?. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 937-958, 2017.
- CNTE. **Manifesto contra a militarização e contra a privatização da escola pública por meio de organizações sociais**. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/index.php/comunicacao/noticias/16081-manifesto-contra-a-militarizacao-e-contra-a-privatizacao-da-escola-publica-por-meio-de-organizacoes-sociais-os.html>. Acesso em: 2 ago. 2016.
- DALE, R. O marketing do mercado educacional e a polarização da educação. In: GENTILI, Pablo (Org.) **Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p.129-158.
- GENTILI, Pablo. Adeus a escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: GENTILI, Pablo (Org.) **Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.p.215-237.
- OBJETIVO. **Grupo Objetivo**. 2018. Disponível em:< <http://www.objetivo.br/some/propostas.asp>. >. Acesso em: 8 abr. 2018.
- PARANÁ. **Governo revoga sistema de avaliação básica do MEC**. 2016. Disponível em:<http://appsindicato.org.br/index.php/governo-temer-revoga-sistema-de-avaliacao-da-educacao-basica-do-mec/>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- PEARSON. 2018. Disponível em: <<https://br.pearson.com/>>. Acesso em: 8 abr. 2018.
- PERONI, Vera; CAETANO, Maria R. **Redefinições no papel do Estado: parcerias público/privadas e a gestão da educação**. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1015/972>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- PINTO, José M. de Rezende. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.37, nº134, p.133-152, jan.-mar., 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n134/1678-4626-es-37-134-00133.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- POSITIVO. **Grupo Positivo**. 2018. Disponível em:< <http://www.positivo.com.br/>>. Acesso em: 8 abr. 2018.
- SANTILLANA. **Grupo Santillana**. 2018. Disponível em: <<https://www.gruposantillana.com.br/>>. Acesso em: 8 abr. 2018.
- SEB. **Sistema Educacional Brasileiro**. Disponível em: <http://www.sebsa.com.br/>. Acesso em: 8 abr. 2018.
- SOMOS EDUCAÇÃO. **Grupo somos educação**. 2018. Disponível em:<<http://www.somoseduacao.com.br/>>. Acesso em 8 abr. 2018.
- TPE. **Todos Pela Educação**. 2016. Disponível em: <[http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/quem-faz/?tid\\_lang=1](http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/quem-faz/?tid_lang=1)>. Acesso em: 12 set. 2016.